

I - ACTUAÇÃO DO REGIME FASCISTA NO CAMPO EDUCACIONAL E SITUAÇÃO LEGADA POR 48 ANOS DE POLÍTICA ANTI-POPULAR

Uma Reforma Geral e Democrática do Ensino para ser realmente eficaz não poderá deixar de ter em conta qual a situação do Ensino em Portugal após 48 anos de obscurantismo e opressão. Assim sentimos a necessidade de fazer incidir este trabalho sobre o que foi a política do "Estado Novo" e quais as suas consequências no campo da Educação e da Cultura. Será a partir desta análise que se poderão tirar elacções que permitam perspectivar o trabalho para a aplicação da Reforma Geral e Democrática do Ensino

a) - Política Educacional da I República

A I República, incorporando aspirações de cariz democrática e socialista de alguns sectores do povo português, enfermava no intento de um programa de acção limitado por circunstâncias internas a que não eram estranhas as tendências pequeno-burguesas maioritárias no campo republicano. Assim, durante o período que medeia entre o 5 de Outubro de 1910 e o 28 de Maio de 1926, iremos vendo uma grande parte dos preceitos legislativos desacompanhados de meios à sua realização, como aconteceu por exemplo com o decreto de 29 de Março de 1911. No entanto, não obstante o que foi apontado, a I República não se limitou a estabelecer no "Diário do Governo" um programa de progresso educacional, antes pelo contrário, pois, em muitos aspectos deu passos que contribuíram para a melhoria do estado cultural e educacional do povo português.

Assim, durante o período em questão, foi estabelecido o ensino infantil oficial dos 4 aos 7 anos, o ensino primário geral em cinco classes, dos 7 aos 12 anos (obrigatório), o ensino primário superior dos 12 aos 15 anos (facultativo) e institucionalizaram-se as escolas-móveis que se revelaram de grande eficácia no combate ao analfabetismo.

No campo do ensino normal criaram-se cursos de reciclagem para professoras, cursos de aperfeiçoamento e especialização para docentes das Escolas Primárias Superiores, cursos de especialização nas faculdades para o seu pessoal docente e instituíram-se oficialmente conferências e congressos pedagógicos a fim de possibilitar a discussão sobre o ensino favorecendo intercâmbio de experiências.

Há ainda a destacar que a par deste desenvolvimento qualitativo houve uma preocupação de aumento quantitativo, tendo-se criado um Fundo de Construções Escolares com uma verba anual de 200 contos, originando isto, uma grande polarização escolar nomeadamente no interior do país.

b) - Política educacional do "Estado Novo"

Com o advento do golpe reaccionário de 28 de Maio de 1926, toda a evolução educacional sofre uma transformação radical. Os resultados tornam-se mais evidentes a partir de 1933 com a aprovação da Constituição fascista.

Em 1936-37 o ensino infantil-oficial é extinto, sendo as escolas infantis entregues à Obra das Mães pela Educação-Nacional. Isto originaria que o número de crianças inscritas no ensino infantil era em 1945-46 da ordem dos 959, muito inferior portanto às inscritas em 1926-27 (2.874).

Quanto ao ensino primário deram-se golpes sucessivos com início logo em Junho de 1926 com a extinção do ensino primário superior e com a redução do ensino primário geral para quatro classes. Em 1930, através de um diploma legal, reduz-se o ensino primário para 3 anos obrigatórios e extinguem-se as escolas móveis substituindo-as pelas "Escolas incompletas" que em 1931 passa-

riam a postos escolares confiados a regentes escolares com um grau de preparação menos que rudimentar.

Também o número mínimo de alunos por turma foi aumentado passando de 30 para 45 o que originou uma baixa qualitativa no ensino bastante notória. Se ao que já foi apontado acrescentarmos o encerramento, de 1936 a 1943 das Escolas do Magistério Primário com a consequência imediata de um déficite de 525 professoras (não obstante a entrada de longas centenas de regentes), temos uma ideia aproximada das consequências da política educacional de Salazar e a sua especial incidência nos anos básicos da educação.

Graças a esta política não é pois de espantar que em 1960 as estatísticas indicassem que :

não sabiam ler --36% da população com idade superior a 7 a 7 anos,

sabiam ler sem grau de ensino--28%

possuíam o ensino primário--32%

possuíam o ensino secundário--3,14%

possuíam o ensino superior--0,74%

Se atendermos a que para possuir o ensino primário, bastava ter a 3ª classe que grande parte das vezes era ministrada por regentes seculares (que só tinham a 4ª classe como habilitações), e se pensando ainda que para saber ler se deverá exigir um pouco mais do que saber soletrar, chegaremos á conclusão que em 1960 80% da população era analfabeta ou semi-analfabeta.

Sabendo que a educação é parte de toda uma superestrutura social assente sobre uma base económica, facilmente compreendemos o porquê de todo este estado de coisas. Num regime em que sómente 48% do produto nacional é atribuído ao factor trabalho (incluindo os quadros técnicos e os responsáveis de sectores) parece-nos conclusão lógica que esses trabalhadores não poderão ser quadros especializados, e portanto com necessidade de instrução.

É natural pois que uma necessidade de industrialização, e consequente formação de quadros técnicos, tenha levado a algumas modificações no campo da educação nacional.

Permitiriam no entanto as estruturas da vida portuguesa uma política educacional num sentido verdadeiramente popular e democrático? Ter-se-ia podido alterar o quadro penoso da educação nacional, no âmbito de um regime que nos seus traços essenciais (a exploração do homem pelo homem, apoiado pelo terror policial), se mantinha inalterável?

Sintomática foi a pretensa "reforma" de Veiga Simão que, embora, apresentasse um ou outro aspecto digno de nota (como por exemplo uma certa descentralização do ensino) mostrou perfeitamente inoperante, e até incapaz de cumprir as funções que o próprio regime de então lhe reservava: a formação de quadros técnicos capazes de corresponderem a uma certa abertura da indústria portuguesa á Europa ocidental. Face á inoperância do demagogismo de uma tal "reforma" uma só solução poderia servir o regime fascista: a militarização da Universidade com a utilização dos (vigilantes) "gorilas" e frequentes invasões policiais. E essa foi a política "educacional" que na prática se adoptou---a repressão policial sobre os estudantes.

Analisemos, no entanto, mais pomenorizadamente a situação do ensino desde 1970 e as possibilidades que, com base nessa análise se nos oferecem para a instauração da escola democrática.

II-ANÁLISE DE ALGUMAS PERMISSAS EDUCACIONAIS

a)--Distribuição dos estudantes ao longo dos diferentes graus académicos.

Em Portugal sómente os filhos das classes mais privilegiadas têm acesso ao ensino o que determina a formação de uma pirâmide nos seguintes termos:

Ensino primário - 992 946

Ciclo preparatório - 153 710

Escolas comercial industrial e agrícolas - 128 297

Ensino liceal - 137 259

Instituto comercial e industrial, serviço social, magisté-

rio e curso de educação física - 18 206
Ensino superior - 49 461

Destes dados podemos concluir que na escolaridade básica de seis anos temos 1.146.656 alunos, no ensino secundário 265.556, no ensino superior 49.461 e no ensino médio 18.206.

Verificamos pois um grande decréscimo de estudantes á medida que o grau de ensino vai aumentando, e podemos por curiosidade x verificar também que a despesa do Estado vai aumentando com cada aluno á medida que este avança de grau académico.

Assim em 1970 o Estado gastou com cada aluno do ensino primário oficial 1.120\$00, 3600\$00 com cada um do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (CPES), 3800\$00 nas escolas comerciais e industriais, 4800\$00 no ensino liceal, 7200\$00 por cada estudante do ensino superior.

Sabendo (e vê-lo-emos melhor mais adiante) que são os filhos das classes mais ricas que em geral conseguem chegar á Universidade, e, vendo a distribuição feita da verba estatal verificamos que o sector do ensino figura como um imposto regressivo que pesa sobre os mais pobres em favor dos mais privilegiados.

b)-A ESCOLA ÚNICA E A ORIGEM SOCIAL DOS ESTUDANTES.

Como já foi dito, o acesso ao ensino e á cultura depende em grande parte da origem social de um indivíduo e de facto é este que tem determinado até que ponto da estrutura académica, um dado estudante tem acesso.

O ensino infantil sendo particular, é para os que o podem frequentar, já um factor de privilégio á partida.

O ensino primário estando dividido em oficial e particular, oferece para aqueles que tiverem possibilidades de frequentar este último a vantagem de melhores métodos pedagógicos e meios didácticos mais actualizados. Este é mais um factor de divisão em ordem á origem social e benefício dos já por si mesmo beneficiados.

A seguir ao ensino primário vêm as maiores divisões, quando surgem aos alunos três opções diferentes cada uma destinada a um extracto económico específico dos estudantes. Assim o ciclo complementar do ensino primário (5ª e 6ª classes) destinam-se aos alunos filhos de trabalhadores de menores possibilidades monetárias.

O ciclo preparatório do Ensino Secundário (C.P.E.S.), embora gratuito de propinas, pelas despesas que acarreta em material e até por uma série de preconceitos a eles ligados, destina-se já a filhos de uma camada média mais ou menos possibilitada. A diferença entre um aluno que saia do C.P.E.S. e um que saia da 6ª classe do ensino primário é muito grande, pois enquanto o primeiro está apto a seguir um curso liceal o segundo dificilmente o estará. Existindo ainda o ciclo preparatório T.V., parece-nos que pelo número de alunos nele inscritos e pela fraca operância da sua estruturação não contribui de forma alguma para melhorar o quadro do ensino pós-primário.

No ensino secundário estabelece-se a maior diferenciação quando um estudante opta pelo ensino técnico ou pelo liceal. Enquanto que este último é em geral seguido por aqueles que querem continuar para curso superior, o primeiro destina-se aqueles que pela sua situação económica familiar necessitam de emprego a mais curto prazo.

Existindo ainda a via do ensino particular (colégios) mais ainda se deferenciam os estudantes, num mesmo grau de ensino, consoante a sua origem de classe. A este respeito é sintomático o seguinte quadro:

Profissão do pai	Escolas técnicas	Liceus	Colégios
	Porcentagem em relação ao nº de alunos de cada tipo de ensino		
Grupo I	1	13	24
Grupo II	6	23	46
Grupo III	19	37	19
Grupo IV	65	26	6

Grupo I-posições sociais elevadas.Profissões liberais;
 GrupoII-pequena e média burguesia;
 GrupoIII-empregados, trabalhadores independentes;
 GrupoIV-operários, camponeses, trabalhadores de serviços domésticos e pescadores.

O ensino universitário embora tendo aumentado, o seu número de elementos continua a ser por excelência o ensino aristocrático pois o aumento da taxa de escolaridade deu-se quase que exclusivamente no seio da classe dominante e em seu exclusivo benefício.

Dos estudantes que em 1964 frequentavam a universidade; 85% eram oriundos do extracto social mais rico, o qual representa 11% da população, quer isto dizer, que 89% do povo português só tinha para os seus filhos 15% do número de estudantes universitários.

Conclusão: se pretendemos assegurar a democratização do ensino teremos que lutar pela obtenção de uma via escolar única, o que evidentemente não deverá excluir uma multiplicidade de opções dentro das capacidades próprias de cada indivíduo. Essas opções devem-se no entanto fazer no seio de um "tronco comum", sendo necessário para todos os portugueses o avanço na escolaridade em idênticas condições de partida e tendo como termo final as virtualidades de cada um.

Tal transformação é semelhante de muitas outras só se obterá através de uma reforma escolar se houver uma transformação radical da estruturas da sociedade.

c)-CENTRALIZAÇÃO DO ENSINO

A fisionomia do país tem até agora apresentado duas faixas profundamente diferenciadas, indo diminuindo o teor educacional à medida que se penetra para o interior e sendo o analfabetismo maior no nordeste e no sul.

	Centros urbanos	Zonas rurais
Com ensino primário	39%	29%
Sabiam ler sem grau de instrução	30%	8%
Não sabiam ler	20%	41%
Com ensino secundário	9%	1,4%
Com ensino superior	2%	0,3%

Sendo o ensino primário o de maior difusão ao nível do interior do país verificamos, no entanto, que também neste campo existe uma grande diferença entre os distritos mais industrializados e beneficiados economicamente e os de maior atraso.

Sendo a média de professores por cada estabelecimento deste tipo de ensino de 1,6 (o que já por si significa a coexistência de várias classes numa só sala de aula e com péssimas condições de ensino) verificamos que em 54,5% dos distritos a média é ainda mais baixa do que a já apontada. Assim em Beja é 1,4, em Faro 1,4, em Santarém 1,3, Castelo-Branco 1,3, Coimbra 1,3, Bragança 1,2, Guarda 1,2, Leiria 1,2, Viana do Castelo 1,2, Viseu 1,2, Vila-Real 1,07.

Comparando estes índices com os de Lisboa e Porto, ambos de 2,6, verificamos a enorme desigualdade existente entre os meios urbanos e rurais, mesmo ao nível do ensino primário.

Estas desigualdades vêm-se acentuar quando verificamos qual a penosidade existente ao nível do ensino secundário.

Assim havendo um total de 452 estabelecimentos liceais, verificamos que apenas 70 pertencem ao ensino oficial sendo portanto particulares os restantes 382. A percentagem de liceus oficiais é pois de 15,4% agravando-se este número ainda mais pelo facto de que o ensino oficial se aglomera quase todo em Lisboa e Porto.

As estatísticas de 1970/71 fornecem-nos os seguintes dados sobre as percentagens de estabelecimentos de ensino liceal oficial ao nível dos distritos do país: Lisboa e Porto 20%, Castelo Branco 15%, Coimbra 14,8%, Faro 15%, Bragança 14%, Aveiro 13%, Santarém 10,7%, Viseu 7,1%, Viana 6,6%, Leiria 4,5%, Guarda 4,3%. Destes dados ressalta a predominância das regiões interiores e sul do país como as mais desprovidas de ensino oficial liceal.

Acrescente-se ainda que em 173 concelhos (57% do total) não há ensino liceal oficial.

Quanto às escolas comerciais e industriais a situação é inversa.

Das 146 escolas existentes no país, 121 são oficiais e existem em menor percentagem nas cidades do Porto e Lisboa, distribuindo-se portanto pelos distritos do interior.

Quando observamos as disparidades entre o ensino oficial liceal e técnico, o que constatamos é que se reserva à elite privilegiada dos centros urbanos a possibilidade de vir mais tarde a seguir um curso superior pois como já dissemos anteriormente, só o liceu facilita a continuação dos estudos.

Pela distribuição dos liceus e das escolas comerciais e industriais verificamos mais uma vez que a política educacional destinava-se sobretudo a servir um sistema económico de exploração do povo Português.

Quanto ao ensino Universitário, basta dizer que ele só existe em Lisboa, Porto e Coimbra, e, que a grande maioria dos estudantes que as frequentam são oriundos das próprias cidades. Conclusão: do que atrás foi dito conclui-se a necessidade de numa futura política educacional se acabar com a discriminação de acesso ao ensino existente entre as populações rurais e urbanas, devendo-se para tal, descentralizar a educação e a cultura.

d) - OS OBJECTIVOS DOCENTES

A aplicação da reforma rural e democrática do ensino não será possível sem existência de um corpo docente devidamente preparado para o exercício da profissão. No anterior regime, mesmo no aspecto quantitativo era péssimo. Senão vejamos: O nº de professores em 1970/71 (contados tantas vezes quantas os ensinamentos ministrados) era 58.897, situando-se no ensino oficial sómente 47.161, distribuídos pelo ensino infantil (692), ensino primário (29.554), ensino secundário (26440), ensino superior (2726), ensino normal (485).

Para esta enorme deficiência do nº de professores apontamos os níveis de remuneração do professorado que ficam muito aquém do que seria desejável para fazer ingressar no ensino os quadros que este carece.

Observemos depois quais as remunerações nos diversos graus de ensino em 1972/73:

- professores primários: 3.200\$00 (quando entram) ou 4200\$00 ao fim de 30 anos, sujeitos a descontos;
- professores do CPES: 5.800\$00 (quando entram) ou 4200\$00 se forem professores de trabalhos manuais
- auxiliares do CPES: 5.200\$00 (quando entram) ou 3.800\$00 se forem professores de trabalhos manuais
- professores do ensino liceal: do 1º ao 9º grupo - 6.500\$00 e técnico (quando entram) eventuais: 5.800\$00.

Ensino Superior.

- catedrático: 13.000\$00 com uma diuturnidade;
 - extraordinários 11.600\$00
 - s/diuturnidades
 - prof. de cadeira
 - anexas ou desenho
- Leitores e primeiros assistentes 6.500\$00
- Segundos assistentes 5.800\$00

Como vemos é bastante baixo o vencimento do professorado oficial em Portugal o que determina a leccionação particular ou as cumulações de funções.

Acresce que as disparidades de vencimentos instauram desigualdades perfeitamente descabidas, pelo menos em função da importância pedagógica dos diferentes graus de ensino na formação dos alunos.

Objectar-se-á que a preparação não é idêntica. Pergunta-se porém por que motivo há-de um professor do C.P.E.S. ou do liceu "Rogério Fernandes"

Conclusão :

Consideramos ser parte integrante da luta pela reforma geral e democrática do ensino , a luta pela elevação do nível qualitativo e quantitativo do pessoal docente . Sabendo este aspecto da luta as organizações sindicais do professorado não devem no entanto os estudantes deixar de ter em conta este aspecto .

III - Breves considerações sobre a forma de manobrar as permissas apresentadas

Apresentados que foram alguns dos aspectos básicos do que foi e do que deverá ser a política educacional parece-nos que este trabalho ficaria incompleto e poderia ser incorretamente interpretado se não explicitássemos que a resolução dos problemas apresentados não se resolverá nem conjunta nem disjuntamente por qualquer solução como:

Alteração dos sistemas pedagógicos, alteração das estruturas do ensino, alteração das condições de docência etc;

O ensino em Portugal não podendo suportar qualquer transformação reformista ou tecnocrática depende da capacidade de se alterarem radicalmente as estruturas económicas, sociais e políticas da vida portuguesa mas nunca no sentido de um capitalismo ou neo capitalismo europeus. Só quando alcançarmos o pagamento de igual salário a igual trabalho aos homens, mulheres e jovens, a qualificação profissional e promoção dos jovens trabalhadores, a proibição do trabalho infantil, o respeito pela jornada de oito horas, o pagamento devido das horas suplementares, a segurança no trabalho, a protecção à mulher na gravidez e no parto, à assistência à infância, o estabelecimento de um sistema eficaz de assistência médica e seguros sociais na doença, desastre, invalidez e desemprego, o estabelecimento de férias anuais pagas, melhoramento das condições habitacionais (a baixa de rendas e uma nova política de construções) o estabelecimento de facilidades de estudo para os trabalhadores (jovens ou não), etc, só então conseguiremos e a partir das bases já apontadas, uma reforma geral e democrática do ensino que coloque o ensino ao serviço do povo português.